

Há uma leitura a fazer dos recentes acontecimentos ocorridos em Angola que, apesar de ser, quanto a mim, absolutamente imperativa, tem sido pouco enfatizada pela maioria dos observadores e analistas da cena política angolana. Trata-se do facto de, pela primeira vez desde a proclamação da independência nacional pelo MPLA, o país ter sido realmente reunificado, tendo deixado de existir não só dois exércitos, como, literalmente, dois estados e duas administrações.

Depois de mais de 25 anos de lutas fratricidas, os Angolanos estão, agora, e independentemente das suas (naturais) diferenças, efectivamente dentro do mesmo território, íntegro e uno, debaixo dos mesmos símbolos – que, entretanto, precisam certamente de se adaptar aos novos tempos – e sob a mesma autoridade estatal.

Um acontecimento desse tipo não pode, pese embora o compreensível desgaste de certas palavras, deixar de ser considerado histórico. Depois de 25 anos em que cada um de nós, com as suas certezas pretensamente absolutas, as suas verdades radicais, as suas ingenuidades e os seus equívocos e logros, andou de costas viradas para os outros, em busca de caminhos «puros e duros», mas inevitavelmente excludentes, essa ocorrência só é comparável à própria independência de Angola. O país e os seus cidadãos estão, assim, diante de um novo recomeço e essa oportunidade não pode ser desperdiçada.

Embora seja dispensável realizar, agora e aqui, o balanço histórico destes anos de guerra, não me coíbo de fazer uma ligeira incursão «ao anterior» para entender que o terreno já era fértil nessa altura. A divisão do nacionalismo angolano e os interesses das grandes potências explicam o germe da guerra. A intervenção sul-africana e americana em Angola e o apoio de Cuba ao Governo foram determinantes, quer para a formação e desenvolvimento do exército governamental quer para a transformação da UNITA numa temível força de guerrilha e numa força militar semiconvencional, e tais desenvolvimentos garantiram um certo equilíbrio até 1991, quando vários acontecimentos interligados ditaram a conveniência de um acordo de paz.

Contudo, no período compreendido entre 1975 e 1991 houve outros factores de conflito. Destaco o modelo de Estado e de governação implantado pelo MPLA, que excluiu largas camadas da população da vida política, económica e social do país. Os empresários ou aspirantes a empresários, os religiosos, os camponeses, as autoridades tradicionais, certas camadas intelectuais fazem parte desse largo espectro de excluídos. Embora não sendo uma guerra étnica, largas camadas de pessoas de fala umbundu não se reviram culturalmente no projecto governamental e aderiram à UNITA; apesar disso, as pessoas de fala umbundu constituíram sempre a maioria dos soldados dos dois exércitos.

A tendência para a urbanização e as deslocações maciças da população também favoreceram uma certa dissolução das fronteiras étnicas, reforçando a unidade nacional, embora certas identidades (língua, fidelidades regionais, religião) tenham permanecido fortes e contribuído para o exacerbar do conflito. Esta situação criou aquilo a que algumas teorias políticas chamam «privação relativa, considerando como tendo o foco principal na diferença entre o que achamos ser nosso de direito, justificado socialmente, de ter, fazer receber, acreditar, e, por outro lado, a nossa percepção e entendimento do que as outras pessoas ou instituições nos permitam em termos de capacidade para satisfazer as nossas justificadas necessidades. Usar a privação relativa não é uma forma de justificar e satisfazer reivindicações, mas de tentar analisar os processos motivacionais sobre o porquê e como é que as pessoas em conflito violento chegaram a decidir participar em tal conflito» (Bjorn Hettne).

A recusa da UNITA em aceitar os resultados das eleições em 1992 e a sua decisão de fazer novamente a guerra constituíram o factor preponderante para a nova fase do conflito. O mesmo foi alimentado pelo acesso do Galo Negro a fabulosas riquezas em diamantes que permitiram à UNITA desenvolver ainda mais o seu exército. Mas foi possivelmente também o controlo das riquezas petrolíferas por parte do Governo que permitiu que este se defendesse e mantivesse a unidade do país; assim, diamantes e petróleo não são causa do conflito, como algumas teorias defendem.

Todos somos vencedores

À primeira vista, pode parecer meramente retórico e até demagógico afirmar que, à luz dos recentes acontecimentos, todos os Angolanos são vencedores. Com efeito, e de um ponto de vista estritamente militar, parece pacífico – embora, por motivos claramente políticos, nenhuma das partes o assuma publicamente – que o Governo ganhou a guerra que o opunha à UNITA. Neste campo, o Governo seguiu as sábias palavras do barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, quando afirmou que «há certas vitórias que não se devem comemorar».

Mais do que o conteúdo do *Memorando de Entendimento* do Luena entre as Forças Armadas Angolanas e as forças militares da UNITA, as imagens do estado físico a que chegaram os próprios chefes da rebelião e os seus soldados são auto-expressivas. Isso é comprovado, igualmente, pela rapidez com que o processo de acantonamento foi, agora, terminado.

Seja como for, quem, em sã consciência, pode duvidar do inestimável valor da paz em si mesma? Esse simples (!) facto constitui, indubitavelmente, uma vitória para todos os Angolanos, cansados de tantas guerras e que podem, enfim, começar a sonhar com o fim do ciclo de mortes e destruições no qual estão, desgraçadamente, mergulhados há tanto tempo.

Os mais velhos, alguns dos quais contribuíram decisivamente para a independência do país, podem agora começar realmente a descansar, tentando usufruir em paz e tranquilidade o tempo que lhes resta. Os mais novos têm agora, a maioria deles pela primeira vez, alguma perspectiva de vida pela frente.

Oportunidades e ameaças

Naturalmente, o fim da guerra abre enormes e concretas possibilidades não só para o processo de reconstrução e desenvolvimento de Angola, mas também para o reforço do processo de democratização e modernização social, cultural e política do país. A curto prazo, porém, será preciso muita serenidade, humildade, engenho e visão estratégica, para impedir que certos factores, igualmente presentes na cena angolana, se transformem em obstáculos empedernidos dessa promissora perspectiva.

O primeiro risco é que determinados sectores das elites actualmente dominantes, eufóricos com o sucesso de derrotar a rebelião armada e alcançar a paz, se tornem cada vez mais autistas e esquizofrénicos, embalando num processo de desprezo suicida pelas necessidades, expectativas e aspirações não apenas das massas mais desfavorecidas, mas também dos próprios grupos intermédios (funcionários, pequenos e médios empresários, quadros, intelectuais, etc.).

Há no ar alguns sinais perturbadores que apontam nesse sentido. O novo-riquismo manifestado por um grupo cujos contornos são cada vez mais bem identificados socialmente, sendo intrinsecamente exibicionista e arrogante, é apenas um dos sintomas dessa ameaça. O que é mais inquietante é que o principal mecanismo de afirmação desse novo grupo, que está a consolidar-se a um ritmo notável, é a utilização das suas posições-chave no aparelho de Estado em benefício praticamente exclusivo dos seus interesses privados.

Agir nesse sentido é claramente contrário às actuais necessidades objectivas do país, que passam, nomeadamente, por uma efectiva pacificação e reconciliação nacional, pela urgente minimização dos problemas sociais da população e pela criação de condições infra-estruturais para o rápido desenvolvimento de Angola. A médio prazo, poderá mesmo transformar o país numa espécie de Brasil, com as suas enormes riquezas e alguns sectores em franco crescimento, mas também com as suas profundas assimetrias e desigualdades sociais, com todos os problemas daí decorrentes.

A segunda ameaça ao real processo de democratização e modernização de Angola é o ressurgimento de certas teses e reivindicações redutoras e centrífugas, tais como o tradicionalismo, o populismo, o racismo, o tribalismo e outras. Tal como acontece em outras partes do mundo, inclusive na Europa, essas visões poderão, num quadro de liberdade política formal, beneficiar da incapacidade dos Governos em dar solução aos problemas concretos da população para ganhar cada vez mais espaço na sociedade angolana do pós-guerra.

De todo o modo, nenhum desses problemas se compara à destruição material, física e moral, assim como à paralisia e acomodação sociais provocadas, naturalmente, por uma situação de guerra virtualmente endémica, como aquela que caracterizou o país nas últimas décadas. Até porque, neste momento (além do fim da guerra, é preciso não esquecer, também, as actuais tendências políticas universais, que tornam difícil qualquer tentativa de ressuscitar os regimes de partido único), o retorno a uma situação de monolitismo (no limite, mesmo, uma ditadura) parece altamente improvável em Angola.

Com efeito, no novo quadro angolano, pós-conflito armado e pós-Savimbi, certas lutas e reivindicações serão seguramente mais factíveis. O actual «estado de graça» das autoridades, quanto a mim, não vai durar indefinidamente.

As novas bandeiras

Terminada a guerra, muitos dos problemas cuja resolução era, realmente, dificultada por esse fenómeno poderão e deverão ser atacados de maneira frontal e decidida. Outros, deliberadamente escamoteados a pretexto dela, já não poderão continuar mais a ser sobranceiramente ignorados.

Identifico cinco problemas fundamentais a resolver naquilo a que se pode chamar o pós-guerra angolano:

- 1.º Promover um autêntico processo de reconciliação nacional, o que passa pela despartidarização de todo o sistema político, económico e social existente, pela existência efectiva de oportunidades iguais para todos os Angolanos, por uma distribuição mais justa da riqueza nacional, sem clientelismos, e por um desenvolvimento mais equilibrado das diversas regiões do país;
- 2.º Iniciar imediatamente o combate à pobreza e melhorar as condições sociais da população, a começar pelos salários;
- 3.º Criar urgentemente as condições para a rápida promoção do desenvolvimento do país, quer resolvendo os problemas infra-estruturais existentes (água, energia, saneamento, estradas, pontes, ferrovias,

telecomunicações, etc.), quer estimulando, por todas as formas, os investimentos nacionais e estrangeiros no país;

4.º Aprofundar e concluir o processo de reformas macroeconómicas;

5.º Iniciar um combate sistemático pela moralização da sociedade, a todos os níveis, o que passa pela melhoria salarial dos Angolanos, mas também pela simultânea realização de um debate cultural corajoso (não estará a contradição entre tradição e modernidade na base de alguns comportamentos criticáveis à luz dos parâmetros hoje universais, mas de origem ocidental?) e pela existência de um sistema de responsabilização justo e actuante, assente nos tribunais.

O futuro dos partidos

É um verdadeiro truísmo lembrar que, nas democracias representativas, o papel dos partidos políticos é crucial. Assim sendo, é igualmente elementar que os partidos angolanos serão fundamentais, no pós-guerra, para o aprofundamento e consolidação do processo de democratização do país.

Alguns analistas aventam a hipótese de, finda a guerra em Angola, haver um profundo processo de realinhamento político-partidário. Sendo os dois maiores partidos existentes no país, em torno dos quais se tem desenrolado, dramática e tragicamente, a história angolana recente, o MPLA e a UNITA têm sido os principais objectos dessas análises.

Assim, e em relação ao primeiro, a hipótese é que, terminado o conflito militar, poderá ser dilacerado por uma série de divisões irreversíveis. Em relação ao segundo, os analistas interrogam-se se ainda terá algum futuro político no país, após a sucessão de erros cometidos depois das eleições de 1992 e da assinatura do Protocolo de Lusaca, em 1994.

Sem fazer futurologia, atrevo-me a vaticinar que, pelo menos a curto prazo, não deverá acontecer nada de demasiado grave, nem ao MPLA, nem à UNITA. Muito provavelmente, continuarão, por mais algum tempo, a ser as duas principais forças políticas do país.

É certo que actualmente, e de uma maneira geral, nos partidos que se encontram no Poder durante bastantes anos gera-se uma certa dissonância, para lá dos discursos, entre a sua prática e os interesses e opiniões quer

das suas bases militantes, quer dos seus quadros e intelectuais. O MPLA deverá acautelar-se dessas tendências, que geralmente conduzem à descaracterização dos partidos.

A UNITA vive, obviamente, dificuldades; os processos de adaptação brusca e nas condições em que a mesma se opera, a actuação dentro de novas regras de jogo, não são tarefas fáceis. No entanto, a curto prazo, tem condições para ultrapassar as dificuldades, nomeadamente no que diz respeito ao problema da liderança, correcção da imagem e restabelecimento das suas estruturas no país. Seja como for, como acontece com o MPLA, tem uma parte do eleitorado que lhe é fiel.

Os restantes partidos não puderam crescer e encontram-se tão fragmentados que dificilmente terão um papel determinante no futuro imediato do país, muito embora pense que alguns terão uma dinâmica de crescimento e intervenção na vida política.

O aconselhável seria que a maioria fosse capaz, no novo quadro existente, de proceder a alianças e fusões e, bem assim, de delinear um programa e estratégia de acção realista.

Um projecto abrangente e nacional – precisa-se!

A natureza e o volume autenticamente ciclópico de problemas herdados do longo conflito militar que destruiu Angola nas décadas mais recentes, com trágico realce para os últimos dez anos, precisa do esforço genuíno, sincero e competente de todos os Angolanos para começarem a ser minimizados. Nenhuma força política, por mais representativa ou mais organizada que seja, será capaz de fazê-lo sozinha. Isoladamente, o Estado também não terá sucesso nessa ingente tarefa.

Quanto a mim, é preciso catalisar um amplo acordo nacional, envolvendo os partidos realmente representativos (e só as novas eleições poderão mostrar que partidos são esses), as organizações mais credíveis e actantes da sociedade civil, as igrejas, os intelectuais, os sindicatos, os trabalhadores, em suma, todos aqueles que constituem as chamadas «forças vivas da nação», para que se empenhem activamente na resolução dos complexos

problemas do pós-guerra. Naturalmente, essa mobilização deve assentar em princípios objectivos, claros e aceites por todos.

O primeiro é que o Governo deve, por razões que parecem óbvias, assumir o papel central na formulação e operacionalização do amplo acordo nacional reclamado pela actual situação do nosso país. Para isso, entretanto, não pode a máquina estatal estar à mercê dos meros interesses privados de quem quer que seja, mas sim, e efectivamente, ao serviço da nação.

O segundo princípio é que o programa de reconciliação e reconstrução de Angola, na fase do pós-guerra, deve ser o mais abrangente e consensual possível. Com efeito, como pedir a todas as forças sociais e políticas que participem na execução de um programa em cuja discussão e elaboração elas não participaram? O que se pede, nesta fase, portanto, é que todos sejam capazes de colocar os interesses nacionais acima dos meros interesses partidários ou de grupo.

A dúvida essencial que resta esclarecer é se todos nós, políticos e cidadãos angolanos, seremos capazes desse gesto de profunda humildade e patriotismo. A avaliar pela forma como tem decorrido o processo de elaboração da nova Constituição do país – que poderia, realmente, servir de estrutura fundamental do amplo acordo nacional a que me refiro –, não sei se poderemos ser muito optimistas a esse respeito.

Aparentemente, com efeito, o que ainda predomina é a lógica de que «quem vencer leva tudo». Quanto a mim, essa lógica está longe de ajudar a enfrentar com sucesso os problemas do pós-guerra em Angola. E, como dizia Eduardo Mondlane, «as populações só estão dispostas a participar num projecto político se o Estado for um parceiro distributivo».